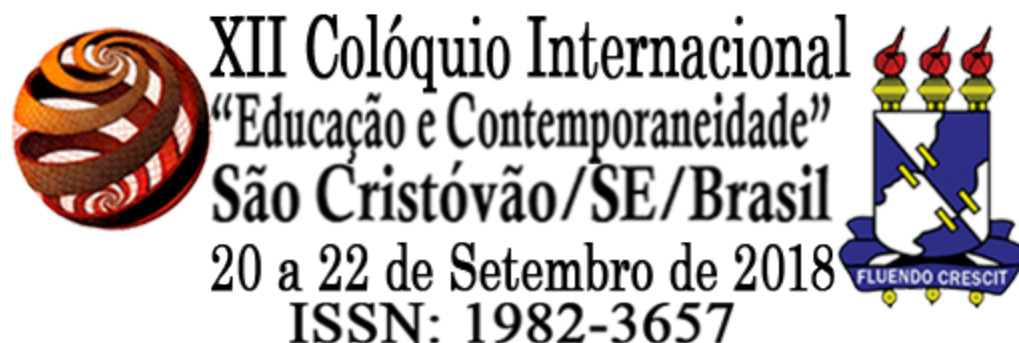




Recebido em:
08/07/2017
Aprovado em:
09/07/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA QUILOMBOLA: RE/CONSTRUINDO IDENTIDADES NEGRAS NO MUNICÍPIO DE PENEDO/AL

MICHELE VERISSIMO DOS SANTOS
CLEVERSON VIEIRA
JANAYNA PAULA LIMA DE SOUZA SANTOS

EIXO: 13. CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Resumo

Este trabalho é um recorte da pesquisa “Cultura, Tradição e Identidade: Interface Universidade e Comunidade Quilombola”, ainda em desenvolvimento. Como metodologia, recorremos à pesquisa qualitativa interventiva, em que buscamos auxiliar a re/construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola quilombola Irmã Jolenta, localizada na comunidade do Oitero, no município de Penedo/Alagoas. Entendemos que a reelaboração do PPP, sob a perspectiva da inovação emancipatória, é um processo de vivência democrática na medida em que todos os segmentos que compõem a comunidade escolar e acadêmica participam dela, assumindo compromisso com seu acompanhamento e, principalmente, nas escolhas das trilhas que a instituição irá seguir, possibilitando aos estudantes um melhor entendimento sobre suas origens no resgate da sua Identidade Negra.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Identidade negra. Educação quilombola.

Abstract

This work is a cut of the research “Culture, Tradition and Identity: Interface University and Community Quilombola”, still in development. As a methodology, we turned to qualitative intervention research, in which we sought to assist the re-construction of the Pedagogical Political Project (PPP) of the Sister Jolenta quilombola school, located in the community of Oitero, in the municipality of Penedo/Alagoas. We understand that the re-elaboration of the PPP, from the perspective of emancipatory innovation, is a process of democratic living to the extent that all the segments that make up the school and academic community take part in it, being committed to its accompaniment and, mainly, in the choices of the trails That the institution will follow, allowing students a better understanding of their origins in the rescue of their Black Identity.

Keywords: Pedagogical Political Project. Black identity. Quilombola education.

1. Palavras iniciais

Essa pesquisa busca contribuir com a Escola Municipal de Educação Básica Irmã Jolenta na re/construção de seu Projeto Político Pedagógico (PPP), destacando a sua identidade enquanto escola quilombola. A nossa intenção é colaborar no processo de instauração da autonomia da escola com base no diálogo crítico e reflexivo das experiências do cotidiano de seus partícipes, valorizando suas experiências e os seus anseios.

A natureza desse estudo configura-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza colaborativa-interventiva, tendo em vista que buscamos re/construir junto com a comunidade escolar o PPP da escola. Tomando como referência a realidade da instituição, constatamos que a referida escola possui um PPP que não tem uma identidade quilombola, uma situação considerada grave, tendo em vista que a escola foi criada em 1985. Assim, a nossa proposta pretende suprir essa falta construindo junto com a comunidade escolar esse tópico.

A construção do PPP de uma escola é um processo que envolve aspectos teóricos e práticos. Para Vasconcellos (2013), o PPP é um instrumento teórico-metodológico a ser disponibilizado, re/construído e utilizado por aqueles que desejam mudar a prática educativa tornando-a mais próxima da realidade dos estudantes. Assim, para fundamentar esse trabalho utilizaremos como marco teórico os meandros da construção do PPP, abordando sua caracterização e importância para o cotidiano da escola.

Organizamos esse trabalho considerando três aspectos: primeiramente, destacamos a necessidade de construir um Projeto Político Pedagógico a partir de uma identidade quilombola democrática; em seguida, será abordado o conceito de educação quilombola; no terceiro momento, caracterizamos a escola Irmã Jolenta, destacando a necessidade de re/construir o seu PPP.

2. Projeto Político Pedagógico: construindo uma escola quilombola democrática

Entendemos que o Projeto Político Pedagógico de uma escola deve ser seu maior norteador, uma vez que é o real documento de identidade da escola, neste sentido o PPP é um projeto que indica rumo, uma direção. Sendo uma ação intencional, com um sentido explícito, é acima de tudo um compromisso definido coletivamente, conforme nos indica Veiga (2004):

Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside à possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (VEIGA, 2004, p. 13).

Acreditando nisso, a comunidade escolar que integra a escola Irmã Jolenta tem consciência que no ambiente escolar, sobretudo quilombola, há que se abordar conteúdos e temas que possibilitem a afirmação da identidade e consciência negra, saberes quilombolas, história do Brasil e África, musicalidade afro-brasileira, contribuições afro-brasileira na formação do País, religiosidade africana, cidadania e ética. Saviani (1986), destaca que:

Ser cidadão significa ser sujeito de direitos e deveres. Cidadão é, pois, aquele que está capacitado a participar da vida da cidade literalmente e, extensivamente, da vida da sociedade (...); ser cidadão significa, portanto, participar ativamente da vida da sociedade moderna, isto é, da sociedade cujo centro de gravitação é a cidade (SAVIANI, 1986, p. 73-76).

Para tanto, levamos em consideração, acima de tudo, a Lei 10.639:

Art. 1º Cabe ao Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte e do Conselho Estadual de Educação do Estado, elaborar as diretrizes operacionais para a implementação curricular da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas redes pública e particular de ensino do Estado de Alagoas, em cumprimento à Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 e ao § 3º do art. 2º da Resolução nº 01/2004 do Conselho Nacional de Educação.

Art. 2º Entenda-se por Diretrizes Operacionais o conjunto de princípios e procedimentos que visam incluir no currículo escolar a temática História e Cultura Afro-brasileira.

§ 1º A inclusão curricular da temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana abrangerá obrigatoriamente as modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação Indígena. (BRASIL, 2003, p. 3).

Todos esses aspectos serão importantes para a formação de identidade individual e/ou coletiva dos alunos da comunidade. Nesse sentido, Moura (2007) destaca que:

A grande diferença que se deve destacar entre a transmissão do saber nas comunidades negras rurais e nas escolas é que, no primeiro caso, o processo, fruto da socialização, desenvolve-se de forma natural e não formal e, no segundo, o saber nem sempre está referenciado na experiência do aluno (MOURA, 2007, p 6).

Primeiramente devemos saber e nos aprofundar, de fato, do que significa o termo “Quilombola”. Buscando fundamentação em Nascimento (1980), podemos afirmar que:

Quilombo é um movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo; formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, com defesa e organização sócio-econômico-política própria; sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural (NASCIMENTO, 1980, p. 32).

Visto isso, vale destacar o que Nascimento (1980) diz a respeito do Quilombo no Brasil:

[...] a memória dos afro-brasileiros não se inicia com o tráfico de africanos escravizados, nem nos primórdios da escravização dos africanos no século XV. Ao contrário, os africanos trouxeram consigo saberes a respeito das mais diversas áreas do conhecimento: culturas, religiões, línguas, artes, ciências, tecnologias (NASCIMENTO, 1980, p. 33).

Embasados nessa contextualização, notamos que o Quilombo se caracteriza como um movimento realizado por pessoas não somente negras, mas também marginalizadas da sociedade, e pessoas na qual tem intuito de manter resistência, conservando sua perspectiva de progresso, à medida que acentua a diversidade. Siqueira (1995) afirma:

Os quilombos representam uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil em resistência ao sistema escravocrata ao sistema colonial-escravista, atuando sobre questões estruturais, em diferentes momentos histórico-culturais do país, sob a inspiração, liderança e orientação político-ideológica de africanos escravizados e de seus descendentes africanos nascidos no Brasil (SIQUEIRA, 1995, p. 3).

Considerando a realidade do quilombo, compreende-se que as relações étnico-raciais devem ser discutidas nas escolas públicas, sobretudo nas escolas inseridas nas comunidades quilombolas, devemos portanto conhecer e implementar as ações afirmativas, para que os sujeitos possam vivenciar igualdade de oportunidades nesta sociedade tão excludente. Neste sentido, Gomes apud Munanga (2005), enfatiza que:

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso que os educadores (as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transforma-la em conteúdos escolares ou temas

transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida no próprio cotidiano escolar. Dessa maneira, poderemos construir coletivamente novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e comunidade (GOMES *apud* MUNANGA, 2005, p. 147).

A importância da aplicabilidade da Lei 10.639/03 na escola e seus objetivos também expressos no Plano Nacional para o Estudo das Relações Étnico-raciais (ERER) visam à formação dos sujeitos no ambiente escolar, buscando trabalhar a questão da diversidade e do multiculturalismo.

Outro documento primordial na educação brasileira atualmente sobre a temática, é a resolução 08/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, representando um marco histórico em relação à Educação Quilombola Escolar e as lutas do Movimento Negro no Brasil. Nesse caso, o documento estabelece a seguinte atribuição:

§1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica:

I - organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e se alimentado:

- a) da memória coletiva;
- b) das línguas remanescentes;
- c) dos marcos civilizatório;
- d) das práticas culturais;
- e) das tecnologias e formas de produção do trabalho;
- f) dos acervos e repertórios orais;
- g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo país;
- h) da territorialidade.

II - compreende a Educação Básica em suas etapas e modalidades, a saber: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Profissional Técnica e Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos, inclusive na Educação a Distância.

III - destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica (BRASIL, 2012).

As determinações apresentadas neste documento, estabelecem como devem ser implementadas as políticas públicas educacionais para as comunidades quilombolas, em interface com sua produção cultural, social, política e econômica, resultante de inúmeras manifestações e contribuições do movimento negro, lideranças quilombolas, pesquisadores e órgãos da educação. No que se refere ao ensino fundamental nas comunidades, fica estabelecido as seguintes atribuições:

Art.17 - O Ensino Fundamental, direito humano, social e público subjetivo, aliado à ação educativa da família e da comunidade devem constituir-se em tempo e espaço dos educandos articulado ao direito à identidade étnico-racial, à valorização da diversidade e à igualdade.

§ 1º (...) § 2º O Ensino Fundamental deve garantir aos estudantes quilombolas

II. A indissociabilidade das práticas educativas do cuidar visando o pleno desenvolvimento da formação humana na especificidade dos seus diferentes ciclos de vida.

II- A articulação entre os conhecimentos científicos, os conhecimentos tradicionais e as práticas socioculturais próprias das comunidades quilombolas, num processo educativo dialógico e emancipatório;

III- Um projeto educativo coerente, articulado e integrado, de acordo com os modos de ser e de se desenvolver das crianças e adolescentes quilombolas nos diferentes contextos sociais;

IV- A organização escolar em ciclos, séries e outras formas de organização compreendidas como tempos e espaços interdependentes e articulados entre si, ao longo dos nove anos de duração do Ensino Fundamental, conforme a Resolução (BRASIL, 2012).

Como de direito, estabelecido por lei, a Educação Básica em comunidades quilombolas deve efetivar-se a partir do conhecimento no espaço escolar articulado com os saberes tradicionais e as práticas socioculturais das populações quilombolas visando um processo educativo que atenda as especificidades da cultura e da identidade étnico-racial de seu povo.

3. Conceito de educação quilombola

O currículo é a organização dos conjuntos e atividades que a escola deve manter em prática, sendo elaborado em ação coletiva com a sociedade incluindo a cultura. É papel da escola organizá-lo com base nas diretrizes curriculares estaduais e nacionais. Assegurando o direito de futuras gerações adquirirem conhecimento historicamente acumulados; não perdendo de vista as reais necessidades da comunidade escolar, dessa forma o estudante será levado a compreender a realidade em que está inserido modificando-a através de sua intervenção. Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, na Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012, art. 35 menciona:

I. garantir ao educando o direito a conhecer o conceito, a história dos quilombos no Brasil, o protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como o seu histórico de lutas;

II- implementar a Educação para as Relações Étnico-raciais e o Ensino da História e cultura Afro-Brasileira e Africana, nos termos da Lei nº 9.394/96, na redação dada pela Lei nº 10.639/03, e da resolução CNE/CP nº1/2004.

III- reconhecer a história e a cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional, considerando as mudanças, as recriações e as ressignificações históricas e socioculturais que estruturam as concepções de vida dos afro-brasileiros na diáspora africana. (...)

IV- garantir as discussões sobre a identidade, a cultura e a linguagem, como importante eixo norteador do currículo [...] (BRASIL, 2012, p. 34-35).

Compreende-se, portanto, que é necessário entender o contexto sociocultural dessas comunidades, formulando uma educação que traga envolvimento com a história desses sujeitos, para que se reconheçam e queiram ser cada vez mais valorizados na sociedade em geral. “O currículo se expressa em usos práticos, que, além disso, tem outros determinantes e uma história” (SACRISTÁN, 2000, p. 202).

Nesse sentido, o currículo da escola quilombola deve ser construído com um olhar para diversidade cultural. De acordo com o que está exposto em lei sobre a atribuição dos currículos da educação básica na educação escolar quilombola, o documento traz algumas determinações como:

Art.34 o currículo da Educação Escolar Quilombola diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades.

§1º Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem ser construídos a partir de valores e interesses das comunidades quilombolas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definindo nos projetos político-pedagógicos. (BRASIL, 2012, p. 34).

O currículo escolar quilombola de acordo com a legislação ainda reforça o que está estabelecido pelo Plano Nacional da Educação para as Relações Étnico-raciais e a importância que apresenta a lei 10.639/03. O documento vem garantir a necessidade em trabalhar nas escolas quilombolas a construção de um currículo que permita aos alunos conhecerem suas raízes históricas. Portanto, alguns desafios levam a pensar a respeito de um currículo que de fato esteja voltado para diversidade, que consiga trabalhar a cultura e suas significações no ambiente escolar. É preciso entender o contexto sociocultural, uma educação que traga envolvimento com a história desses sujeitos sociais para que se reconheçam e queira cada vez mais serem reconhecidos na sociedade em geral.

4. Percorso metodológico da pesquisa

Esse trabalho é um recorte do Projeto de Extensão “Cultura, Tradição e Identidade: Interface Universidade e Comunidade Quilombola”, ainda em desenvolvimento, da Universidade Federal de Alagoas/*Campus* Arapiraca/Unidade Educacional de Penedo e agrega os discentes do curso de licenciatura em Ciências Biológicas.

Como metodologia, recorreremos à pesquisa qualitativa interventiva, em que buscamos auxiliar a re/construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola quilombola Irmã Jolenta.

Para Flick (2009), esse tipo de pesquisa se caracteriza pela interação direta entre o pesquisador e o objeto de estudo. Assim, optamos pela pesquisa participativa, que, de acordo com Severino (2016), o pesquisador coloca-se numa postura de identificação com os pesquisados, em que passa a interagir com eles em todas as situações acompanhando todas as ações praticadas pelos sujeitos. Dessa forma, o pesquisador observa as manifestações dos sujeitos e as situações vividas, registrando descritivamente todos os elementos observados bem como as análises e considerações que fizer ao longo dessa participação.

A Escola Irmã Jolenta

A Escola Municipal de Educação Básica Irmã Jolenta, localizada na comunidade quilombola, zona urbana do município de Penedo/Alagoas, cidade localizada na microrregião do Baixo São Francisco foi fundada em 26 de fevereiro de 1985 pelo prefeito em exercício Tancredo Pereira. Está situada na Rua Santo Antônio, s/n, Bairro Senhor do Bonfim. A escola recebeu este nome em homenagem a uma freira que prestou relevantes serviços à comunidade penedense, especialmente a esta comunidade.

A escola oferece duas modalidades de ensino: a Educação Infantil e o Ensino Fundamental anos iniciais (do 1º ao 5º ano) e os anos finais (do 6º ao 9º ano), nos turnos matutino e vespertino, organizada em séries anuais. Organizada em dois espaços físicos, matriz e extensão, são ao todo 22 turmas; sete na matriz e 15 na extensão. Atualmente, são 627 estudantes matriculados, de seis a 15 anos de idade.

Considerando o histórico da instituição, constatamos que em seus primeiros anos, a escola atendia um público de baixa renda, com faixa etária de, aproximadamente, cinco e seis anos de idade, proporcionando à comunidade quilombola os primeiros passos da vida escolar de seus filhos. A cada ano, o número de estudantes crescia e foram construídas mais salas de aula, mas não o suficiente para atender a demanda do crescimento populacional da comunidade. Assim, no ano de 2002, foi construída a extensão da escola, o que a dividiu em dois espaços físicos: a

matriz e a extensão. Atualmente, nenhum desses dois espaços comportam a necessidade da comunidade, sendo necessário pensar numa reforma ou na construção de um novo prédio.

Ressaltamos que a escola Irmã Jolenta tem um papel relevante dentro da comunidade, sobretudo, como espaço de resgate e valorização da cultura quilombola, não deixando, portanto, que as novas gerações esqueçam suas tradições. Nesta vertente, podemos idealizar uma outra escola que tenha uma estruturação curricular que contribua a desconstrução de muitas ideologias que fazem com que o negro não se sinta como alguém importante dentro da sociedade brasileira.

Em contraponto ao currículo prescrito, propomos um trabalho curricular mais democrático na escola quilombola, no qual os educandos tem a possibilidade de trocar conhecimentos com o educado. Assim, acreditamos que estamos colaborando para a construção de um currículo em que sejam reconhecidos os costumes e tradições dos povos negros e quilombolas do município de Penedo/Alagoas.

5. Considerações finais

A escola quilombola assume o compromisso de trazer a história da comunidade e a sua realidade para sala de aula. Dessa forma, a escola age de maneira harmoniosa com a comunidade envolvida, propiciando, junto aos educandos, a valorização da identidade quilombola, respeitando seus costumes, suas crenças e sua cultura, pois compreende-se que os valores de uma comunidade devem ser transferidos de uma geração a outra. Destacando que, por meio da educação serão preservados e lembrados a história cultural da comunidade onde se localiza a escola.

Necessita-se, portanto, re/construir um PPP que possa narrar a cotidianidade das vivências de cada comunidade, contemporizar as ações pedagógicas e uniformizar o pensamento dos vários atores que se destacam neste cenário. Conforme afirma Veiga (2004), “ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscamos o possível”. (VEIGA, 2004, p. 12).

Esses aspectos fortalecem o processo de Educação Democrática, numa perspectiva coletiva, conforme nos expõem Veiga (2004): “o projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente” (VEIGA, 2004, p. 13). Nesse contexto, concordando com a autora, entendemos que o PPP de uma Escola Quilombola não deve ser entendido como um documento que após sua construção seja arquivado ou encaminhado às autoridades, núcleos de educação para cumprir as tarefas burocráticas. Ao contrário, deve ser colocado em prática no cotidiano da instituição.

Assim, o PPP é considerado como um documento de identidade da Escola, uma vez que envolve anseios, ideais e expectativas dos sujeitos presentes no processo educativo escolar, de modo que deve subsidiar a organização do trabalho pedagógico e educativo da escola Quilombola.

Nesse trabalho, buscamos compreender que a educação quilombola deve ter como referência, valores culturais, sociais, históricos e econômicos dessas comunidades. Para tanto a escola deve se constituir como um espaço de diálogo entre o conhecimento escolar e a realidade local, valorizando o desenvolvimento sustentável, o trabalho, a cultura, e a luta pelo direito a terra e ao território.

Entendemos que é nosso papel, continuar com a luta pelos direitos educacionais da comunidade, além dessa busca do conhecimento no âmbito escolar, valorizando as especificidades e pluralidades dos alunos além de suas origens e de sua realidade local. Buscando promover projetos que estejam sempre destacando suas características culturais a fim de enaltecer sua real identidade.

Como a educação é um processo contínuo da experiência humana com o meio em que se vive, é de suma importância o domínio da prática cultural no ambiente escolar, sobretudo, pela riqueza de diversidade que se faz presente na produção de práticas, saberes, valores, linguagens, técnicas artísticas, científicas, representações do mundo, experiências de sociabilidade e de aprendizagem.

Os processos que permeiam a Educação nascem do saber cultural, cujo, o significado está inerente na existência humana, sendo revelados na construção das diversas dimensões sociais, que simbolizam pluralidades de tempo,

espaço e modo de vida de diferentes grupos sociais. É a partir desta realidade social que buscamos fazer uma ponte entre quilombo e a realidade sociocultural por meio das práticas educativas, resgatando sua cultura e ratificando sua identidade.

Referências

ALVES, Nilda. Sobre redes de conhecimento e currículo em rede. **Revista de Educação da AEC**. Brasília, v. 31, n. 122, p. 94-107, jan./mar.2002.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FREIRE, Paulo. **Sobre educação: diálogos** (Paulo Freire e Sérgio Guimarães). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MUNANGA, K. Apresentação. In: MUNANGA, K. (Org.) **Superando o racismo na escola**. 2.ed. Brasília: Ministério da Educação, SECAD, 2005.

NEVES, I.S. Uma breve reflexão sobre as relações raciais na educação. In: FERREIRA, G.G; SILVA, E.H.; BARBALHO, J.I.S.(Orgs.). **Educação e Diversidades um diálogo necessário na Educação Básica**.1.ed. Maceió: EDUFAL, 2015.

OLIVEIRA, Inês B. Currículos praticados: entre a regulação e a emancipação. Rio de Janeiro: DP & Alii, 2003.

OLIVEIRA, Inês B. **O currículo como criação cotidiana**. Rio de Janeiro: DP & Alii, 2012.

QUIRINO, D.R. **Cotidiano e violência simbólica: a desconstrução do preconceito étnicorracial nas escolas** / Daisy Rodrigues Quirino – Recife: Ed. Universitária UFPE, 2014. 175p.: il. – (Coleção Étno-racial).

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, A.C. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, K. (Org.) **Superando o racismo na escola**. 2.ed. Brasília: Ministério da Educação, SECAD, 2005.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 15ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2013.

Sem notas de rodapé.